



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003704-33.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Josefa Ribeiro Murasawa e outro**
 Requerido: **Prefeitura Municipal de Sao Carlos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Ordinária de Obrigação de Fazer, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, proposta por **JOSEFA RIBEIRO MURASAWA** e **SHOICHI MURASAWA** contra o **ESTADO DE SÃO PAULO** e **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, na qual aduzem ser acometidos por vários problemas de saúde, sendo prescritos, à primeira requerente, os medicamentos Lexotan 0,6 mg, Anitril 25 mg, Osteonutreo, Vicog 0,5 mg, De Pura, Paxtrat, Omeprazol 20 mg, Tiorfan 100 mg, Magnen B-6, Mionervix 250 mg, Centrun Mulher e Actonel 150 mg e, ao segundo, os medicamentos Unopros 4 mg, Colshis 1 mg e Catafran, cujo fornecimento lhes são negados e não podem custear por serem economicamente hipossuficientes (fl. 15), razão pela qual se justifica a intervenção judicial. Requereram, dessa forma, em sede de antecipação de tutela, o seu fornecimento pelos requeridos, na quantidade necessária, até ordem médica em contrário.

A inicial foi instruída com documentos acostados às fls. 14-33.

O Ministério Público concordou com o pedido de antecipação dos efeitos da tutela (fl. 37), deferida às fls. 41-42.

O Município apresentou contestação às fls. 59-68, na qual aduz, em síntese, que: a autora apresenta receituário da rede privada, sem qualquer vinculação ao SUS; a rede pública disponibiliza medicamentos padronizadas que também se aplicam ao seu tratamento, bastando a avaliação por profissional da rede pública; não há comprovação da necessidade exclusiva dos medicamentos pleiteados; é preciso demonstrar a recusa ou a impossibilidade do fornecimento pela rede pública; o privilégio pretendido pela autora não tem amparo legal; a alegada impossibilidade econômica trará desigualdade ao tratamento de demais pacientes da saúde pública; os medicamentos essenciais fornecidos pelo SUS atendem a maioria dos problemas de saúde da população; a decisão judicial deve avaliar as questões que envolvem a Política Nacional



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de Medicamentos. Requer a improcedência da ação e, no caso de procedência, a avaliação das reais necessidades da autora e utilização de medicação padronizada.

Juntou documentos às fls. 70-79.

A autora comunicou ter recebido apenas parte do medicamentos (fl. 81).

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo, por seu turno, ofereceu contestação às fls. 82-87, na qual sustenta, em resumo, que: o SUS não fornece os medicamentos requisitados, porém oferece outros assemelhados mediante processo administrativo; a lista de medicamentos padronizadas pelo SUS é suficientemente ampla e eficaz; não há comprovação cabal de que medicamentos diversos trazem resultados inovadores e mais satisfatórios; a padronização de medicamentos traduz expresso cumprimento do princípio da legalidade. Requer a improcedência da ação.

Foi determinada a juntada das prescrições médicas faltantes (fl. 89), mas os autores permaneceram inertes (fl. 91).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 330, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

Inicialmente, forçoso destacar que é desnecessário que o paciente seja atendido pelo SUS para ter acesso aos medicamentos prescritos junto à rede pública, mesmo porque a saúde configura direito líquido e certo de todos, e o Estado, em todas as suas esferas de governo e solidariamente, tem o dever de assegurá-la, sob pena de tornar letra morta os artigos 6º e 196, ambos da Constituição Federal e, além disso, a jurisprudência predominante no TJ é no sentido de aceitar prescrição médica, na medida em que é o profissional que responde pela escolha feita.

Confira-se:

APELAÇÃO AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. Fornecimento de medicamentos/tratamentos. Direito à saúde Art. 196 da Constituição Federal . Responsabilidade solidária de todos os entes federativos. Prescrição médica suficiente para comprovar a necessidade e eficácia dos medicamentos em questão. Sentença mantida. Reexame necessário e recursos voluntários impróvidos" (Apelação / Reexame Necessário nº 1010719-25.2014.8.26.0037, 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de São Paulo, datada de 19 de maio de 2015 – Relator: MAURÍCIO FIORITO).

Outro não é o entendimento do C. STJ:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

“O receituário médico, firmado seja por médico particular, seja por médico do serviço público, é documento hábil a comprovar a necessidade do medicamento. Adotar o entendimento do Poder Público, que pretende discutir a prescrição feita, seria adentrar ao campo próprio do médico responsável pelo tratamento do paciente. A não ser quando evidente o erro contido no relatório/receita, ou seja, quando teratológica a prescrição, descabe ao administrador, bem como ao Judiciário, questionar se esse ou aquele medicamento seria o mais adequado” (v. decisão monocrática proferida pelo Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES no Agravo de Instrumento nº 1.114.613/MG, DJ de 08.05.2009).

No mérito, o pedido merece parcial acolhimento.

O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas públicas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional do direito à saúde que, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e da dignidade da pessoa humana.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito para depois solapá-lo ao argumento de conformar as necessidades dos pacientes à satisfação de políticas públicas, sociais e econômicas. Não é hora, portanto, de buscar em certa retórica vazia do direito, uma maneira de subtrair-se à imposição constitucional.

Torna-se essencial que, para além da simples declaração constitucional desse direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, sob pena de se esvaziar o comando constitucional do direito à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana.

Assim, é inescusável o dever do Município e Estado em garantir o acesso igualitário à saúde a toda e qualquer pessoa residente e domiciliada em sua circunscrição territorial. A prerrogativa é assegurada à generalidade das pessoas, conforme garantido pelo artigo 196 da Constituição Federal, sendo este o entendimento majoritário da jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal, independentemente da condição financeira.

Por outro lado, não cabe ao Estado ou Município estabelecer qual medicamento apropriado para tratamento necessário, mas sim ao profissional da saúde que acompanha o paciente. E os relatórios médicos apresentados, notadamente os de fls.18-33, deixam claro que os fármacos pleiteados são imprescindíveis ao tratamento da autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Além disso, a autora demonstrou, como já visto, não possuir condições financeiras para arcar com os custos dos medicamentos, conforme declaração de hipossuficiência (fl. 15), e, ainda que assim não se entendesse, tem-se que é idosa (fls. 16-17), e o Estatuto do Idoso, que lhe garante atenção integral à saúde, não impôs, exceto a idade, nenhuma condicionante ao reconhecimento do seu direito.

Observo, por fim, que o autor não juntou nenhuma receita médica indicando a necessidade do medicamento solicitado, e a autora não trouxe receita médica dos fármacos Magnem B6, Mionevrix 250 mg e Tiorfan 100 mg. Assim, quanto ao autor não é possível atender o seu pedido e, quanto à autora, o atendimento fica restrito aos medicamentos em relação aos quais há prescrição médica..

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido, para o fornecimento contínuo e por prazo determinado dos fármacos (fls. 19-22) Centrum Mulher, Vicog, Omeprazol 20 mg, Actonel 150 mg, DePura, Paxtrat, Lexotan 6 mg e Amytril 25 mg, devendo a autora apresentar receita médica sempre que solicitada, bem como relatório médico semestral, apontando a necessidade de manutenção da medicação.

Tendo havido sucumbência recíproca, as custas devem ser rateadas e cada parte arcará com os honorários de seu patrono, observando-se que os requeridos são isentos de custas e os autores beneficiários da gratuidade da justiça.

P.R.I.C.

São Carlos, 24 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**